

↓  
Amias  
A

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e sete de abril de dois mil e doze

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, na vila de Penalva do Castelo, no Auditório do Hotel Casa da Ínsua, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Ata da reunião anterior;-----

--- Dois - Informações;-----

--- Três – Análise, Discussão e Aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea d) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL;-----

--- Quatro - Análise, Discussão e Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2011, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL;-----

--- Quinto – Outros Assuntos;-----

--- Realizada a chamada cerca das dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Carla Maria Baltazar Pedro;-----

--- Sónia Marisa Oliveira Ferreira;-----

--- Filipe Manuel Pinheiro Ferraz;-----

--- Aníbal José Carvalho Maltez;-----

--- Arlete da Luz Vaz Freixo Garcia;-----

--- Rui Manuel Santos Abreu;-----

--- Maria Ester Vargas de Almeida e Silva;-----

--- Vítor Mateus Ferreira da Silva;-----

--- Joaquim Alberto Vieira Coimbra;-----

--- Nelson Pereira Martins;-----

--- Alberto Gonçalves Ascensão;-----

--- Rui Alexandre Gomes Pina dos Santos;-----

--- Verificando-se a existência de "quórum", o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, declarou aberta a Assembleia. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, informou os presentes que em face da renúncia ao mandato, na Assembleia Municipal de Viseu, da Senhora Deputada Maria de Fátima Coelho Ferreira, ficou vago o lugar de Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal. -----

*Handwritten signature and initials in blue ink.*

---Em face do acordado no início do mandato solicitou aos representantes do Partido Socialista a propositura de uma senhora ou senhor Deputado, a submeter a sufrágio, tendo sido apresentado na mesa o nome da senhora Deputada Maria Margarida Martins Coelho Messias, eleita pela Assembleia Municipal de Mangualde.-----

---Foi proposto pelo Senhor Presidente da Mesa que o escrutínio se realizasse no final da sessão o que foi aceite por unanimidade.-----

---O Senhor Presidente da Mesa em face da ausência, justificada, do Senhor Vice-Presidente da Mesa, convidou para a mesma o Senhor Deputado Felisberto Henriques de Figueiredo.-----

---O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao **período antes da ordem do dia**, perguntando se mais algum dos presentes pretendia inscrever-se.-----

---O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, colocou a votação, uma proposta de adenda à ordem de trabalhos, por solicitação do Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, e que consistia na introdução de mais um ponto na ordem de trabalhos, com o seguinte teor:-----

-- Análise, discussão e aprovação da proposta de abertura de procedimentos concursais, para contratação de pessoal, conforme mapa de pessoal aprovado em sede de Assembleia Intermunicipal;-----

--- Colocada a votação foi a proposta aprovada por unanimidade, passando a ordem de trabalhos a ser a seguinte:-----

--- Um - Aprovação da Ata da reunião anterior;-----

--- Dois - Informações;-----

--- Três – Análise, Discussão e Aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea d) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL;-----

--- Quatro - Análise, Discussão e Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2011, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL;-----

--- Quinto – Análise, discussão e aprovação da proposta de abertura de procedimentos concursais, para contratação de pessoal, conforme mapa de pessoal aprovado em sede de Assembleia Intermunicipal;-----

--- Sexto – Outros Assuntos;-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou também que deu entrada na mesa um voto de pesar e uma proposta.-----

- Começando pela proposta apresentada pelo senhor Deputado António Jorge Ribeiro de Figueiredo em representação de Carregal do Sal e diz assim: -----
- "Considerando que a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões é constituída por membros eleitos pelas respetivas Assembleias Municipais dos catorze municípios que a compõe;-----
- Considerando que se tem verificado amiúde coincidência de datas relativamente ao agendamento das reuniões ordinárias das Assembleias Municipais e das Assembleias Intermunicipais e considerando que todos os membros pretendem cumprir com denodo e eficácia os respetivos mandatos, nomeadamente através da presença assídua às reuniões que são convocadas propõe-se:-----
- Um - Que seja elaborado no início de cada ano a calendarização das reuniões ordinárias das Assembleias Intermunicipais da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões; -----
- Dois - Que sempre que se verifique a necessidade do agendamento de uma reunião extraordinária, sejam envidados todos os esforços por forma que não se verifique nenhuma coincidência de datas, com alguma reunião ordinária ou extraordinária agendada para decurso da Assembleia Municipal, de cada um dos catorze Municípios."-----
- Colocada a votação foi a presente proposta aprovada por unanimidade.-----
- O Senhor Presidente da Mesa informou os presentes que "é um procedimento que me parece bem e relativamente fácil de agilizar e irei articular com o Dr. Carlos Marta e com os serviços para agendarmos já até ao final do ano as nossas reuniões.-----
- O Senhor Presidente da Mesa informou a assembleia que foi também presente à mesa um voto de pesar, elaborado pelo senhor Deputado Rui Costa e que passou a ler: -----
- "Faleceu, a vinte e quatro de abril, o eurodeputado e fundador do Bloco de Esquerda, Miguel Portas. Miguel Portas desenvolveu toda a sua atividade política, pautado por grande frontalidade e honestidade na defesa das suas convicções políticas. Europeísta convicto, soube procurar alternativas no processo de construção europeia, nunca deixando de propor alternativas ao atual modelo de construção europeia, sem alinhar pela tese da inevitabilidade das linhas dominantes do processo de construção europeia. No momento do seu desaparecimento, a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, expressa o seu pesar pela partida de Miguel Portas, reconhecendo o seu papel na construção de um país e de uma União Europeia que sempre desejou plural."-----
- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "Em relação a este ponto, eu, pessoalmente, abstenho-me neste voto, porque não tenho nada

Mário  
/

contra a pessoa, não conhecia em pormenor o seu trabalho político, também não era propriamente coincidente com as suas ideias.-----

--- Enquanto pessoa, enquanto ser humano que faleceu, lamento, apresento as minhas condolências mas em termos políticos não me identifico com o senhor Deputado falecido portanto abstenho-me. "-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de pedidos de intervenção, colocou o mesmo a votação, tendo sido aprovado, por maioria, com uma abstenção.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, membros da Comissão Executiva, caros colegas Deputados da Assembleia Intermunicipal. Aproveitando a proximidade do dia vinte e cinco de abril, gostaria de deixar aqui registado o meu apreço neste dia a uma nova democracia que nos permite estar aqui reunidos em liberdade. -----

--- Caros companheiros, membros da Assembleia, o vinte e cinco de abril foi o desencadear de um processo que reconhece à política estatutos de uma atividade nobre e importante. E estou aqui para fazer um elogio da política e com o objetivo de afirmar que é tempo, de nós, políticos, nos unirmos assumindo a defesa da nossa importância e imprescindibilidade para as nossas comunidades. -----

--- Sendo membro de um partido, ou agindo como cidadão independente, é nosso dever compreender a importância da política e dos políticos para a defesa do bem comum. É tempo de todos nós entendermos que apesar de todas as diferenças e divergências de que se constrói a política, no fundo é uma preocupação profunda com as nossas comunidades, em geral. -----

--- Os políticos têm debitado muitos dos seus poderes para os mercados, para a comunicação social e para o poder judicial. Os políticos, nós políticos, temos deixado que se colem à função todos os adjetivos pejorativos que existem. A título de exemplo, conto uma história que me aconteceu há uma semana. Num grupo alguém dizia, no barbeiro, onde estavam lá cinco miúdos, que sabiam o nome de todos os jogadores duma equipa de futebol. Então houve alguém que perguntou se sabia o nome dos ministros. Então a resposta foi que ninguém sabia o nome de nenhum. -----

--- E ao mesmo tempo nós assumimos que os banqueiros, economistas, os advogados, administradores das grandes empresas, os juizes, magistrados são todos competentes, honestos, sérios, dedicados. -----

--- Aproveitando a proximidade do vinte e cinco de abril e lembrando-me da minha juventude, venho aqui apresentar a reivindicação aos políticos, do direito à incompetência. Os políticos,

↓  
Crises

os que nos governam e aqueles que nos governaram, excluindo alguns que morreram, foram e serão acusados de incompetência. Contudo, esta é muito provavelmente a única acusação que não deve incomodar a quem anda na polícia. A democracia é para afastar políticos incompetentes e por isso não há o perigo deles se manterem em poder em função disso. -----

---Um político é por natureza, por inerência alguém que não está, que não pode estar preparado para a função que exerce. E ninguém se pode preparar para ser Primeiro-ministro, Ministro, Membro de uma Assembleia Municipal ou Presidente de uma Junta de Freguesia. E o facto de ser conhecido como competente no momento não garante que um Primeiro-ministro de grande sucesso e reconhecimento público e que voltando ao Estado alguns anos depois, apesar da experiência acumulada fosse incompetente. -----

---Em sentido contrário, também acontece, políticos falhados em algumas circunstâncias conseguirem ser competentes noutras. Neste aspeto, Churchill é um exemplo grande e particularmente forte. Se devemos conceder aos políticos o direito à incompetência a contrapartida desse acontecimento terá de ser uma maior condenação dos abusos de poder ou utilização de poder judicial, de corrupção e favorecimento de interesses particulares. Todos nós nos indignamos mas somos complacentes com abusos concretos. -----

--- Aos políticos deste tipo de grupos, e se as coisas correm mal na vida de alguém a culpa é sempre do político. A comunicação social tem um poder e exerce-o, mas não acreditem que a comunicação social, infelizmente todos nós gostamos de usar a comunicação social para debater os nossos adversários políticos e esquecemo-nos é que é um banco de acusados. -----

--- Os economistas têm acertado menos nas previsões que os meteorologistas. E todos os grandes economistas têm uma tendência para transformar os políticos em incompetentes. -----

--- Os banqueiros lidam com o nosso dinheiro, não têm o direito de serem incompetentes pois foram bem preparados, são bem pagos, e sobretudo têm a possibilidade de quatro em quatro anos se afastarem. O exemplo da diversidade de critérios sobre entrevistas dadas há mais ou menos um ano, recordando a entrevista da TVI com a jornalista Judite de Sousa, onde todos disseram que a causa do estado do país já não é incompetência civil. A jornalista ainda há pouco tempo se gabou que com essa entrevista contribuiu para a queda do governo, mas ainda não organizou novas entrevistas com os mesmos banqueiros para os confrontar com os resultados desastrosos dos bancos nem com a incompetência da sua gestão. -----

--- Entretanto o povo votou e o Engenheiro Sócrates saiu de cena mas os banqueiros continuam lá e nós estamos a pagar de certa forma a sua incompetência. É por isto que o Primeiro-ministro Engenheiro Sócrates e Passos Coelho, os Presidentes das Câmaras, os membros das Assembleias Municipais podem ser incompetentes e os banqueiros não. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

--- Um Presidente da Câmara dizia-me que aquando da discussão da lei de financiamento das autarquias, a Associação Nacional de Municípios pediu três pareceres a juristas importantes, sendo todos favoráveis às teses da associação e o governo pediu outros três pareceres e todos eles eram favoráveis às teses do governo e depois os políticos é que são incompetentes. -----

--- Os sindicatos e magistrados do Ministério Público fazem um congresso patrocinado por empresas que estiveram sob investigação, nada de anormal. Mas se um partido político fizesse o mesmo não sei como seria.-----

--- Se um político tivesse tanto tempo para decidir como um juiz provavelmente erraria menos. -----

--- Há alguns anos um professor universitário queixava-se que o Ministério tinha aprovado muitos cursos que eram importantes para os jovens mas que não tinham nenhuma perspetiva profissional, mas na verdade, é que estes cursos são propostos pelos professores universitários. -----

--- Mas conclusão, incompetentes foram os Ministros que deixaram os senhores professores universitários fazerem asneira. -----

--- Em conclusão, ser político é estar sujeito aos juízos de toda a gente a todo o tempo, e esta é a natureza que existe na política. Viva a política e viva a liberdade". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, senhor Presidente da Câmara Municipal da Penalva do Castelo, senhoras e senhores Deputados Intermunicipais.-----

--- O motivo que me traz aqui é também a questão do vinte e cinco de abril e as suas principais vertentes e manifestações. Porventura, vos parecerá que gostávamos de trocar, o Deputado Mário Pereira trouxe aqui um discurso que eu muito mais gostaria de ter trazido, em alguns aspetos acompanho-o, mas tendo em conta a especialidade deste órgão autárquico o que me traz aqui mesmo é o princípio da autonomia local.-----

--- O princípio da autonomia local foi reforçado, bastante reforçado, aliás, com a Constituição de mil novecentos e setenta e seis. E vamos dizer isto de uma forma muito clara, não é o princípio da autonomia local património de nenhum partido e nem é exclusivamente património de abril.-----

--- É logo transversal da Esquerda à Direita o que significa em si mesmo, não apenas o poder das populações se governarem a si próprias através de representantes eleitos, mas significa também por ventura para quem tenha uma postura mais liberal, e eu confesso que o Bloco de Esquerda tudo é possível, ser também uma atitude de resistência face ao centralismo político, contra o próprio Estado. E foi assim que foi entendido na Alemanha no século dezanove, foi

assim que foi entendido por alguns setores em França, foi sempre assim que foi entendido em Itália, e vejam lá, desde a Idade Média se entenderam os concelhos e a autonomia do poder local enquanto um movimento da instituição de resistência ao poder centralizado democrata. --- Em setenta e seis, um legislador constituinte reafirmou esse princípio e deste então para a conceção Salazarenta do poder local e para a conceção Centralista e Monigista e com o regime de uma tutela administrativa absolutamente impressionante e, pasme-se o Presidente de Câmara, era simultaneamente presidente de um órgão local mas era nomeado pelo Estado e representante do Governo na circunscrição territorial, caminhámos muito e evoluímos. -----

--- No entanto, me parece que e citando Heloísa Apolónia, "Os cravos que alguns levaram na lapela para a Assembleia da Republica hoje, no dia vinte e cinco de abril perdão, murcharam essas mesmas pessoas". -----

--- E murcharam em relação à conquista da autonomia do poder local. Em primeiro lugar, com aquilo que resultou da proposta de lei quarenta e quatro /doze sobre a extinção de freguesias, primeira machadada no poder local, os direitos de audição das freguesias nesse processo. Machadada também nos direitos naturais das populações, expressa na Carta Europeia de Autonomia Local, como seja de exprimir em referendo a sua vontade. Mas continuemos. -----

--- Na passada semana, portanto fez ontem oito dias, portanto no dia dezanove de abril, é publicado em Diário da República, uma portaria com o seguinte teor: "São cativadas aos Municípios cinco por cento da coleta de IMI para pagar a reavaliação dos prédios em sede de IMI". E portanto, sem qualquer abrigo a meu ver, legislativo que em matéria de finanças locais, é da competência exclusiva da Assembleia da República e por isso mesmo é para prevenir e para garantir a autonomia local, tirar a cada um dos nossos municípios cinco por cento aleatoriamente, de qualquer forma, numa atitude sem pés nem cabeça. Mas continuemos. ----

--- A lei dos compromissos, aliás foi assim que profusamente foi indicada por autarcas e tem sido profusamente praticada por partidos da oposição e autarcas em termos transversais. Mas continuemos. -----

--- O Orçamento Retificativo que foi aprovado, pasme-se, traz uma norma deste teor: "O Estado fica autorizado a comprar dívida municipal, isto é, dívidas que os municípios tenham em instituições de crédito". Com que objetivo? O objetivo será, claro, recapitalizar o sistema financeiro. E então o que vai suceder-se? Cumprimos nós as nossas obrigações, Estado, às taxas de juro de seis, sete e oito por cento, e vamos recomprar dívida dum município, e desafio alguém que me diga que algum município paga juros desse montante nos empréstimos que existiam, mas o Estado vai recomprar dívida aos Municípios para aliviar a banca pagando uma taxa de juro substancialmente superior. Eu lembro, e honra seja feita aos senhores Prsidentes

*Forças*

de Câmara e às assembleias de câmara de cada município, que há municípios que pagam empréstimos de médio-longo prazo com a taxa indexada à taxa Euribor e com spreads negativos. Em nome de uma acusação ao poder local, o Estado está a suportar muito mais juros e dificultando muito mais as condições de serviço da dívida pública. -----

--- Mas continuemos. -----

--- Vem um novo regime jurídico do setor empresarial local. Talvez tenha sido uma opção errada a existência de empresas municipais que serviram como meros veículos de desorçamentação. De tirar à Assembleia Municipal controlo sobre determinado tipo de despesas, de tirar ao conhecimento público esse mesmo controlo. Existe aliás uma lei aprovada pelo Partido Socialista, faça-se Justiça, em dois mil e seis. Mas a verdade é que boa parte desses montantes não contavam para os limites de endividamento. E eu pergunto, se obrigarmos à liquidação e dissolução dessas empresas, para onde irá a capacidade de financiamento dos municípios? De muitos municípios. -----

--- Mais, os municípios acreditaram piamente que podiam fazer esses empréstimos por via das Empresas Municipais, e agora, serão confrontados com essa decisão de que têm que ser englobados nos nossos limites de endividamento! E agora menos ireis investir e se confiaste, paciência! -----

--- E mais reformas que para aí vêm. -----

--- E chegando agora ao que nos interessa aqui, a reforma desta estrutura Intermunicipal. -----

--- Vamos dar mais competências às Comunidades Intermunicipais, vamos dar mais financiamento. Parece que andamos com projetos piloto, nas palavras do senhor Secretário de Estado da Administração Local. Porventura, olvidamos o que é fundamental no poder local é de facto essa possibilidade dos cidadãos terem intervenção, de irem junto dos seus órgãos, pasme-se, são obrigados a ter reuniões públicas. E irão responsabilizar diretamente os seus eleitos. E eu agora pergunto: será que concentrando mais competências nestas estruturas e particularmente, que não me canso de elogiar o trabalho que tem sido desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal, mas será que trazendo competências fundamentais do municípios para a Comunidade Intermunicipal, trazendo competências da Administração Central para a Comunidade Intermunicipal, será que porventura, continua a fazer sentido a ausência de eleitos diretos nas Comunidades Intermunicipais? Será que isso em si mesmo não é uma dentada ao princípio da Autonomia Local tal como a conhecemos? E a minha opinião será e queria dizer também uma coisa ainda em relação a esta pequena questão. É que em relação às áreas metropolitanas são muito semelhantes a nós neste momento, condena-se

↓  
Homenos  
/

essa eleição direta dos membros. Seremos nós porventura Associações de Municípios, de segunda classe? Ou serão de segunda classe as populações do interior?-----

--- Portanto, façam-se as reformas, mas façam-se as reformas sérias e concentrando de facto o poder de decisão em quem deve ter, que é o povo. -----

--- E esta, meus caros, foi provavelmente a construção de abril mais abrangente da Esquerda à Direita e está demonstrado que não devemos ter medo da Competência Local." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Oliva, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, senhor Presidente da Comissão Executiva da Comunidade Intermunicipal, senhor Presidente da Câmara Municipal de Penalva do Castelo, senhor Secretário Geral da Comunidade, restantes membros de mesa, meus senhores e minhas senhoras, caríssimos membros da Assembleia Intermunicipal. -----

--- Não vou começar a minha intervenção nem com a profundidade nem com a riqueza política dos oradores que me antecederam que se mostraram demonstrar a atualidade destes temas e quanto a mim, vou apenas lançar uma questão que está na ordem do dia e que tem que ver de facto com a justiça e para lhes dizer, que de facto, a Associação Sindical de Juizes não tem sacos rotos e que de facto às vezes, os juizes decidem com o tempo que têm e decidem quase sempre bem. -----

--- De facto, a justiça é sempre uma questão recorrente, é sempre uma das questões fundamentais no discurso político. Eu queria referir o seguinte, tenho reconhecido o esforço, a tenacidade, a teimosia com que a Senhora Ministra da Justiça tem revelado ao longo destes anos e que perturbam de facto o funcionamento da justiça portuguesa, como é a questão da revisão do código do processo civil, como é o processo da revisão de quadros do processo penal, como é do conhecimento público. Todavia o mapa judiciário significa o abandono do interior e uma calamidade para as comunidades locais que veem a justiça fugir-lhes para bem longe."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Muito boa tarde senhor Presidente da Assembleia Intermunicipal, senhores secretários, senhor Presidente Executivo da Assembleia Intermunicipal, senhor Presidente de Câmara, Senhor Secretário Executivo, senhoras e senhores deputados.-----

--- O assunto que aqui me traz, já foi em parte abordado, e bem, pelo senhor deputado Rui Costa. Realmente é preciso chamar as coisas pelos nomes, porque todos nós mais tarde ou mais cedo acabamos envolvidos.-----

--- Posto isto, e porque o que me cá traz também está ligado ao assunto, tem a ver precisamente com o poder autárquico, e com a reforma administrativa que muito me

Handwritten signature and a blue arrow pointing downwards.

preocupa, e penso que preocupará todos as senhoras e senhores deputados em cada um dos seus municípios. Portanto, tenho aqui uma proposta de recomendação que diz assim, dirigida à Senhora Presidente da Assembleia da Republica e ao Senhor Presidente da Republica. -----

--- Digo: "Ao longo dos últimos meses tem sido alvo de ampla discussão a intenção do governo da nação de proceder à reforma da organização administrativa do estado, que deverá ter efeitos particulares ao nível do poder local, nomeadamente através da extinção ou fusão de concelhos e freguesias. -----

--- Reconhecendo a importância do processo e a necessidade da reforma preconizada, mas compreendendo também a extrema sensibilidade do assunto, primeiro pela grande heterogeneidade do território nacional e, as grandes assimetrias existentes, entre o interior e o litoral, mesmo entre as autarquias que fazem parte desta Comunidade Intermunicipal, porque cada caso é um caso. Depois, porque coloca em causa algumas características básicas da natureza humana, como sejam a identidade pessoal e de grupo, a estrutura informal das sociedades ou o bairrismo, para além do ainda mais importante acesso a serviços de proximidade essenciais para a vida das comunidades, nomeadamente as do interior, propõe-se a esta assembleia que recomende ao governo o seguinte: -----

--- Um - Que no processo sejam ouvidas as populações, seja de forma direta, seja através dos seus legítimos representantes eleitos; -----

--- Dois - Que os critérios sejam tão amplos quanto possível, não limitando o exercício de audição referido no ponto anterior a um mero formalismo face a um número fixo e pré determinado de extinções ou fusões; -----

--- Três - Que o processo não surja inquinado por inaceitáveis atos de chantagem, ainda que velada ou dissimulada, sob a forma de prémios ou benefícios para quem opte pela fusão ou sob a forma de penalizações para quem tome opção diversa; -----

--- Quatro - Que seja sempre respeitada a voz das populações, mesmo quando essa voz (expressa, como já referi, de forma direta ou indireta) não seja coincidente com os parâmetros técnicos e forçosamente mais fechados (porque decididos de forma genérica para um todo sem avaliar a diferença das partes) do governo; -----

--- Cinco - Que, caso se mostre imprescindível determinar a fusão ou extinção de alguma estrutura administrativa mesmo contrariando a vontade das populações locais, tal só se verifique em casos muito particulares e claramente definidos, p.ex. freguesias dentro de um mesmo local urbano, ou freguesias que funcionem ainda em regime de plenário de cidadãos;--

↓  
Fins

--- Seis - Que o processo seja desencadeado de forma inclusiva, trazendo para as decisões todas as forças políticas, todas as estruturas representativas dos diversos poderes instituídos, nomeadamente do poder local e todas as forças vivas da sociedade. -----

--- Assim se propõe e solicita aprovação desta proposta de recomendação.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: “Eu iria sugerir que a proposta fosse um bocadinho mais além do que aqui foi dito. -----

--- Tendo em conta que a Assembleia Municipal de São Pedro do Sul tem uma posição absolutamente clara, sobre esta matéria, com uma votação clara das três forças políticas presentes com algumas abstenções, eu iria sugerir o seguinte. -----

--- O Decreto foi já aprovado pela Assembleia da República já tendo seguido para promulgação do senhor Presidente da República, ou não. Portanto eu sugeria que esta mensagem fosse, enfim, remetida, que a recomendação fosse remetida ao senhor Presidente da República para que exerça o seu poder constitucional de veto sobre este decreto. Porque o Governo não tem competências nesta matéria, só se fossem retiradas à Assembleia da República, e neste momento, de facto, é aquele que é o árbitro do sistema político português e que tem nas mãos a possibilidade de travar esta lei com a qual, aliás, também não concordo. -----

--- Nesse sentido, portanto, fazer essa alteração. Por estes motivos, solicita-se ao senhor Presidente da República que exerça o seu direito constitucional de veto, sobre a iniciativa legislativa, que resulta da proposta de lei quarenta e quatro/quarenta e cinco. Seria a forma formal, enfim, de haver algum impacto para esta deliberação, porque de outra forma não tem.” -----

--- O senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: “Permitam-me só que recoloque aqui duas ou três questões para reflexão dos senhores deputados. -----

--- Não vou entrar na discussão do mérito, por ter balizado os termos da minha intervenção nesta Assembleia Intermunicipal. Chamo a atenção dos senhores deputados de que este processo legislativo está na sua fase final. Já foi discutido na Assembleia da República na generalidade, na especialidade e está agora nas mãos do senhor Presidente da República a sua promulgação. -----

--- Eu acho que uma recomendação destas numa fase em que o processo legislativo estivesse em curso, até poderia fazer algum sentido, aprovar um projeto de recomendação destas numa fase final do processo legislativo, pode até deixar ficar mal esta Assembleia Intermunicipal, porque está a tomar posição sobre um processo que já está concluído, só está neste momento,

*Amias*  
como disse o senhor deputado Rui Costa, nas mãos do senhor Presidente da República, promulgar ou não promulgar. -----

--- Portanto, deixo só à consideração, obviamente que a Assembleia é soberana e enquanto Presidente da Assembleia Intermunicipal, conduzirei os trabalhos mas penso também que temos que zelar pela credibilidade deste Órgão que a ter tomado uma posição sobre esta matéria, o devia ter feito não hoje em que esse processo já está concluído, devia tê-lo feito num momento anterior. A aprovar alguma coisa hoje, só se fosse algo parecido com aquilo que o senhor deputado Rui Costa aqui disse, portanto, pedia aos senhores deputados e senhoras deputadas que refletissem um pouco para não corrermos o risco de se estar a aprovar algo que depois quando for público pode-nos deixar ficar mal do ponto de vista da sua oportunidade. Deixo isto à discussão.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, membros de mesa, senhor representante da Comunidade, caros colegas. Concordando com o que foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, reitero a solicitação daquilo que acabou de dizer. Independentemente da concordância ou não com o que propôs, em termos de *timing*, pronto, vai um pouco tardia. E também relativamente à outra situação de solicitar ao senhor Presidente da República que exerça os poderes que tem de exercer, o diploma estando, chegando às mãos dele, o processo vai-se desenrolar de acordo com a legislação, com a constituição e se eventualmente tiver de vetar, então deve vetar ou não deve vetar. Portanto, estarmos a pedir a um árbitro que arbitre penso que também não será de muito bom tom”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Paulo Marques, cuja intervenção se transcreve: “Vim sobretudo para dizer um detalhe. Concordo em absoluto com o deputado Rui Costa, que acho que mais vale tarde que nunca, e se ainda temos autonomia, se ainda podemos fazer alguma coisa e podemos tentar de algum modo influenciar esta decisão que é a meu ver ruínosa para a nossa região e para a nossa Comunidade Intermunicipal, acho que se ainda vamos a tempo, se ainda temos nem que seja até ao último segundo para tentarmos influenciar essa decisão desse árbitro que esperemos que seja minimamente imparcial então, temos de o fazer, acho que é nosso dever acima de tudo fazê-lo.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente admito que não estive atento, mas esta recomendação apesar de extemporânea vale sempre pelo menos para alertar, porque penso que este problema não é só de Nelas mas sim de todos os concelhos. Qualquer chamada de atenção é sempre válida porque se nada for feito será pior. Devo dizer-lhe que estou admirado com a atitude de alguns



dos Senhores deputados, parece que só o concelho de Nelas é que tem problemas desta natureza. Muito honestamente só espero que a castanha não lhes rebente na boca, porque nessa altura já será tarde demais.” -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, retomou a palavra e cuja intervenção se transcreve: “Senhores Deputados, eu irei pedir a ajuda ao senhor Presidente da Câmara porque tem acompanhado o processo, agora eu volto a referir o seguinte: o processo legislativo está concluído, aquilo que aqui está em termos de recomendação ao Governo para já, o Governo não tem aqui, neste momento, já nenhuma palavra a dizer porque já foi debatido em sede da Assembleia da República na especialidade e na generalidade. -----

--- Neste momento está nas mãos do senhor Presidente da República. -----

--- Estar neste momento a propor seja o que for para uma lei que já está aprovada pela Assembleia, seria uma teimosia mas acho que só nos deixa ficar mal. Nos termos em que isto está redigido, está definido já na lei quais são os procedimentos, obviamente que se o senhor Presidente da República remeter a lei outra vez para a Assembleia, a Assembleia terá que voltar novamente a reforçar ou não, votar favoravelmente ou não a lei. -----

--- Estas sugestões que aqui estão deveriam ter sido feitas no período em que estava em discussão. Agora os senhores deputados são soberanos, se querem aprovar o documento e que não irá deixar ficar esta Assembleia bem, estejam perfeitamente à vontade. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Muito obrigado senhor Presidente. Cumprimentos à mesa. Cumprimentos ao Presidente de Câmara de Penalva do Castelo e também ao Presidente da Comissão Executiva. -

--- Em meu nome e penso que em nome de todos deputados intermunicipais, concordamos que o processo legislativo está concluído, a legislação está aprovada, está para promulgação junto do Presidente da República. Portanto, na medida em que esta recomendação tem um conteúdo, concordasse ou não com o mesmo, surgirá sempre como desajustado em termos de timing enviar uma recomendação para uma coisa que já está feita. E isto terá com certeza depois consequências na imagem como no mínimo sendo uma distração o que em qualquer caso descredibilizaria esta Assembleia o que todos concordarão não se pretende venha a acontecer. -----

--- A discussão deste tema não tem de se considerar esgotada, pelo contrário deve continuar a fazer parte dos assuntos a merecer reflexão e debate nesta Assembleia, afinal o fórum por excelência para que o mesmo tenha lugar face à presença que aqui têm Deputados Municipais dos vários concelhos onde o tema está na ordem do dia. -----

*Farias*

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Senhores deputados, vamos esclarecer o seguinte. Efetivamente seria de evitar e eu não votaria a favor dum recomendação nesta fase sequer ao Governo, quanto muito seria à Assembleia da República. -----

--- Mas não há problema nenhum se não nos pronunciarmos também não perdemos nada com isso. Porque essa perda da pronúncia tem que ver com a própria entrada em vigor da lei que é indesejável. Portanto a ausência de pronúncia só terá consequências se esta lei for aprovada e a Assembleia Intermunicipal nada disser acerca da sua própria perspetiva sobre a reorganização do território. -----

--- Em relação ao veto presidencial eu não insisto nisso. Nós em São Pedro do Sul, de facto, pedimos ao senhor Presidente da República que exercesse não só o direito de veto político mas também apreciação da constitucionalidade do diploma. E fundamentámos isso e aprovámos e seguiu já para o senhor Presidente da República. Indo em tempo, senhor Deputado João Vale de Andrade, e não vou entrar em considerações sobre o direito constitucional, julgo não termos necessidade disso. -----

--- O senhor Presidente da República tem dois tipos de competência. Tem uma competência que é pedir ao Tribunal Constitucional se pronuncie se há alguma coisa de inconstitucional, e é para isso que julgo que este texto nós está a preparar, mas este texto está preparado com fundamentos políticos que podem legitimar a intervenção do senhor Presidente da República.

--- Portanto o senhor Presidente da República, e até ao abrigo do direito de petição, as próprias autarquias locais e associações das autarquias locais podem junto do senhor Presidente da República requerer a sua intervenção. Admito que possa ser incómodo o que diz, admito que para o senhor Presidente da República seja doloroso, mas vamos dizer com verdade, esta Assembleia tem competência para isso. -----

--- Então não tivemos competência para propor acabar com as portagens na A vinte e quatro e A vinte e cinco, em nome de toda a gente, ao senhor Presidente da República em relação a todas as portagens da A vinte e quatro e A vinte e cinco? E ao senhor Presidente da República, ao Governo, à Assembleia da República e para todas as outras forças partidárias. -----

--- É porque temos competências para isso! Haja vontade em levar a proposta de facto, e basta que haja vontade desta Assembleia Intermunicipal de solicitar o pedido de exercer e tomar posição, não é exercer pressão, é tomar posição para de algum modo dissuadir o senhor Presidente da República." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Eu gostaria aqui só de reforçar a argumentação que foi utilizada pela mesa, mas também chamar

a atenção sobre outra situação. Eu não me sinto legitimado e nem entrei na discussão do mérito do diploma, não me sinto legitimado pela minha Assembleia Municipal para estar aqui a tomar uma posição. Primeiro aspeto.-----

--- Segundo. Não me sinto, neste momento, legitimado para condicionar outras Assembleias Municipais. Eu não sei se a Assembleia da Freguesia X, se a Assembleia Municipal Y, se a Câmara A ou Câmara da B até possam estar de acordo com o diploma. Eu não tenho legitimidade, não sinto legitimidade enquanto membro para condicionar outras Assembleias de Freguesia, outras Assembleias Municipais e outras Câmaras Municipais que até podem fazer as suas propostas em termos de sede da sua pronúncia sobre o diploma.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Antes de mais temos que contextualizar as coisas. Estamos numa terra de bom queijo, Penalva tem sido bom nisso, mas é bom que não nos deixemos afetar. Eu estou vacinado no sentido de que, porque nasci e residi aqui durante uma década e temos que ver que se neste momento vamos com este diploma da redução de autarquias, que resulta de um acordo feito pelo Governo anterior com a chamada Troika. -----

--- Portanto, desse acordo que nos permitiu hoje ter algum dinheiro para pagar a funcionários públicos e para ter as funções públicas a funcionar, está o acordo de ser feita esta redução. Podemos concordar ou não com esta ou com outra reforma, isso é uma questão de pormenor, de ter uma discussão no seu *timing* certo.-----

--- Agora o senhor Presidente pode vetar o que está acordado com a Troika. É óbvio que se o senhor Presidente da República fosse do Bloco de Esquerda, obviamente vetaria tudo e mais alguma coisa. Mas estamos a pensar no senhor Presidente da República que temos, estamos a pensar nos Presidentes da República que temos tido, que são pessoas responsáveis e creíveis e que sabem que numa situação destas estar a vetar uma situação melindrosa como esta, quando o país deve estar a passar com distinção os vários exames de uma forma quase trimestral que está a ser feita por elementos dessa mesma Troika. -----

--- Gostava só de recêntrar estas questões, perceber de onde é que elas vieram, como é que chegámos aqui.” -----

--- Não havendo mais inscritos o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, fez a seguinte intervenção, que se transcreve: “Eu iria propor ao autor da proposta para a retirar. Se não, colocá-la-ei a votação mas pelas razões que aduzi, eu não fiz nenhum juízo de mérito, mas o ponto de vista da oportunidade da aprovação desta proposta de recomendação num momento em que o processo legislativo está concluído, eu acho que do ponto de vista da Assembleia, não deixará ficar bem esta.-----

↓  
Henriques

Handwritten signature and blue ink markings.

--- Portanto eu sugeria, o debate é útil, obviamente que sim, neste ponto antes da ordem do dia podemos sempre debater qualquer matéria, nunca cortarei qualquer possibilidade de debatermos aqui democraticamente, é para isso também que estas Assembleias existem, mas de facto acho que a discussão deste processo na fase onde está, aprovar esta proposta de recomendação neste momento não será uma coisa que dignifique a Assembleia Intermunicipal. -----

--- Portanto, peço-lhe, faço um apelo, no sentido de fazermos este debate mas não votarmos esta proposta pelo menos nos termos em que está. -----

--- Aquilo que pergunto ao senhor autor da proposta é se aceita retirar a proposta? -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, dado que esta proposta de recomendação está a incomodar muitas pessoas e que existe o problema apresentado de extemporânea, embora não convencido sobre a validade da mesma. Retiro a proposta de recomendação, pois considero que qualquer proposta de recomendação deve ser sufragada, sempre por uma maioria." -----

--- Após anuência do senhor Deputado José António Pereira retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e cuja intervenção se transcreve: "Significa que retira a proposta; muito bem. Sendo assim, está esgotada esta discussão." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Abreu, cuja intervenção se transcreve: "Permitam-me dizer que enquadrei as intervenções que me antecederam, nomeadamente sobre este assunto que acabámos de encerrar, nos deve chamar a atenção para uma coisa. Devemos estar aqui enquanto eleitos, enquanto membros das Assembleias Municipais, e enquanto representantes do povo e acima de tudo, cheguemos preparados e termos consciência dos assuntos que poderemos ter que debater. -----

--- Sobre este assunto, e visto que está encerrado, penso que é uma preocupação de todos os concelhos, ou passará a ser uma preocupação de todos os concelhos, que eu penso que todos os senhores deputados, não se podem esquecer de maneira nenhuma de que é o povo que elege e que é o povo que sobre este assunto tem demonstrado um grande desagrado com algumas posições tomadas e com algumas decisões de que esperavam não ter sido tomadas no sentido que foram. -----

--- E sobre este assunto, esperava o povo que depois de um ato eleitoral esta medida também não fosse tomada desta forma, contudo, vamos aguardar que o senhor Presidente da Republica, no seu dever constitucional, venha a vetar esta proposta e a possibilidade o facto dos órgãos responsáveis, nomeadamente a Assembleia da República discuta com os mais

↓  
P. 17  
/

intervenientes uma questão de fundo que pode e vai mexer com certeza com a vida dos cidadãos e com a vida das populações. -----

--- Sobre este tema, e as duas questões breves que me trazem aqui, são as questões que já outrora tenho levantado e que venho aqui reiterar. -----

--- Duas sessões ou três passadas, muito se leu aqui sobre as ex-SCUT's, sobre a colocação de portagens, algumas moções e recomendações foram feitas e aquilo que acontece é que estamos nós, Concelhos deste Distrito e desta região do interior, rodeados de estradas portajadas. -----

--- Com a insistência na manutenção destas vias portajadas, considero que será muito mais difícil a vida de todas as pessoas deste distrito, aumentando o custo de vida e dificultado a mobilidade no seu dia-a-dia. Para além disto muitas das pessoas que normalmente visitavam esta região deixam de o fazer para evitar estes custos o que afeta em muito o desenvolvimento económico e social deste distrito, sendo urgente que sejam tomadas medidas para recuar e colocar estas vias sem custos de portagens, porque esta região tem um grande défice de desenvolvimento. -----

--- O outro assunto muito importante que muito rapidamente gostava de referir é a grande dificuldade existente desde algum tempo a esta parte no que diz respeito a capacidade de captação de novos investimentos, por forma de implementação de novas empresas e criação de postos de trabalho e para isso tem de haver medidas urgentes por parte do governo, nomeadamente do gabinete do desenvolvimento regional, que por acaso até é liderado por um visense." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "Foi preocupação desta Assembleia, durante muitas sessões, falar desta questão das SCUTs e das consequências negativas para esta região, e não só. Porque também tenho uma pequena empresa e porque tenho cada vez mais de me deslocar para procurar oportunidades de negócio e passo a vida a gastar dinheiro nas SCUT, imagino o que serão aquelas empresas de transportes, empresas que diariamente têm que utilizar as SCUT, um sistema de portagem que é perfeitamente irracional, quer dizer não consigo encontrar nenhuma lógica nisto, a não ser a vontade e o gosto que nós sempre tivemos por novas tecnologias, o caso dos pórticos, não sei quanto é que custaram, mas devem ter custado balúrdios, e que efetivamente nos vão sacando dinheiro do bolso em cada quilómetro. -----

--- Já dei em tempos um exemplo, e atenção que eu considero que todas as obras foram feitas e servem, têm que ser pagas, essa questão está fora de discussão. O que eu não entendo, realmente, é que primeiro que tudo, não entendo qual é a necessidade de cobrança destes

*Penão*

custos, eu não entendo que quem vem de Lousada até ao Porto num espaço de cerca de dezassete quilómetros há quatro ou cinco pórticos, de quatro quilómetros em quatro quilómetros temos pórticos que estão a cobrar-nos dinheiro. -----

--- Portanto lá está, não estou a dizer que devia pagar ou não devia pagar, qual é a racionalidade disto. Portanto, eu há tempos tive de ir a Espanha, tenho bastantes contatos e felizmente lido bastante bem com os espanhóis, tenho oitenta por cento de vendas para Espanha e portanto, tive de me deslocar para Espanha. E após passar a fronteira, sintonizo numa emissora espanhola que me fala do discurso do Governo Português atrasado seis meses.

--- Qualquer dia temos de fazer como os nossos amigos portugueses, vamos ter de portajar as nossas vias, qualquer dia vamos ter de aumentar os impostos, qualquer dia estava a pensar que desgraça a nossa se os espanhóis se decidem a introduzir portagens a partir de Vilar Formoso até Vitória. Nem nos passa pela cabeça porque tenho ideia que custa muito mais, é mais caro ir a Lisboa do que ir a Madrid. Fazendo as contas todas é mais caro ir a Lisboa que são duzentos e cinquenta quilómetros do que ir a Madrid. E isto não tem a ver com nenhum preconceito. -----

--- Temos as vias, temos de as pagar. Agora o que eu não entendo é se em termos económicos, tenho a certeza absoluta, ou então mostrem-me dados, que é antieconómico portajar por exemplo a A vinte e cinco onde passa a grande maioria das nossas importações e exportações por via rodoviária, tenho a certeza que é antieconómico. E acima de tudo, quando normalmente se fala da A vinte e cinco, do seu tráfego, a partir do momento em que não está a ser utilizada, não tem o uso que deveria ter, se não seria racional que baixassem os custos de utilização desta via para metade, um terço, fosse o que fosse, e que as pessoas passassem a utilizar a via com maior frequência pagando muito menos. -----

--- E considerando a situação que está a acontecer em Espanha, a situação económica também não é favorável de onde as relações de proximidade, as relações económicas de proximidade, são se calhar mais fáceis de conseguir nesta altura que numa altura de expansão. Porquê? Porque nesta altura querem aproximar-se do país vizinho para fazer negócio. Se os espanhóis, e eu tenho muitos clientes espanhóis e amigos que vêm aqui com frequência. -----

--- Muitas vezes chego junto à fronteira e está a Guarda Civil a controlar o tráfego que passa de Portugal e a GNR a controlar o tráfego que passa de Espanha. Ou então, como acontece na A vinte e dois que é um caso completamente diferente da A vinte e cinco porque estamos a falar sobretudo de trânsito sazonal, na altura, na época de férias, onde fazem os espanhóis colocarem-se num bicha, imaginem-se vocês nesta situação ou eu, para comprarem com as dificuldades logísticas que têm porque não nos compreendem muito bem, para irem a uma

↓  
Pereira  
/

máquina pedir um bilhete, um talão, o que quer que seja válido um dia, dois dias, três dias, quanto custará.-----

--- Não seria preferível neste caso também, e eu penso que há tempos ouvia os técnicos das Estradas de Portugal falarem da criação de máquinas. Será que não seria mais fácil criar condições para facilitar a vida, já falo aos espanhóis ou isentem mesmo os espanhóis desse tipo de portagem porque eu acho que podemos ter consequências se houver uma retaliação do lado contrário. E em termos económicos, e aqui temos felizmente de aproveitar para fazer diplomacia económica, utilizando aqui o senhor Secretário de Estado da Economia nosso digníssimo Presidente da Assembleia para perguntar: em termos económicos isto tem racionalidade?-----

--- Em relação, ao tema anterior também queria dizer só o seguinte. Não estavam, não está o concelho de Nelas sozinho nesta ideia de que alguma coisa não funciona bem. Simplesmente também como representante do Concelho de Vouzela, não me sinto seguro, não temos ideias formadas sobre a Assembleia e eu como representante da Assembleia Municipal de Vouzela acho que efetivamente este não é o sítio para igualmente abordar a minha posição a favor ou contra.-----

--- Não deve com isso o senhor deputado autor da moção sentir-se menos apoiado, porque se calhar, todos nós até, no fundo compreendemos a sua posição. Formalmente é que haverá retoques mas isso será outra questão.-----

--- Falando ainda em termos económicos, esta Comunidade tem como obrigação também coordenar, já que os Presidentes das Câmaras se encontrarão para falar dos projetos que são comuns a todas as Câmaras. Tudo aquilo que são projetos, sejam eles de pequena dimensão, média ou grande dimensão, mas sobretudo estes pequenos e micro projetos, para evitar que haja colisão entre o projeto do Concelho A e do Concelho B, de forma a evitar que se perca tempo e se perca dinheiro, mas sobretudo que se utilize neste momento de crise e de grande dificuldade, que vai prolongar-se nos próximos anos.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente, senhores e senhoras deputados intermunicipais, gostaria só de fazer algumas considerações. Procurarei ser o mais breve possível, algumas naturalmente serão intervenções genéricas, nalguns casos a perguntas diretas.-----

--- Em relação à intervenção do Senhor Deputado Mário Pereira, eu estou em grande parte de acordo com a sua intervenção. Acho que a pior coisa que tem sido feita em Portugal nos últimos anos é a martirização dos políticos, ou seja, os políticos são os culpados de tudo o que

✓  
Farias  
f



acontece na nossa sociedade. Ou seja, os políticos são maus. E quando nós dizemos que os políticos são maus, que somos nós todos, estamos a dizer que são maus os portugueses e as portuguesas, porque nós não podemos mudar o povo, somos nós que vamos a votos e portanto na democracia que temos, as pessoas podem bem de quatro em quatro anos escolher outros portugueses e outras portuguesas para nos governar. E isso é uma coisa fantástica que foi conquistada no vinte e cinco de abril, naturalmente, mas que é uma coisa extraordinária. -----

--- E portanto nós não podemos dizer mal dos políticos porque quando estamos a dizer mal dos políticos estamos a dizer mal dos portugueses e das portuguesas. E esta é que a grande verdade indiscutível. -----

--- E se algum dos outros poderes e instituições da nossa sociedade fossem a votos com os políticos, muitas dessas pessoas não dirigiam seguramente essas instituições, porque os portugueses e as portuguesas, através dos votos, não os escolhiam. Porque se formos às escolas, se formos aos tribunais, se formos aos bancos, se formos a essas coisas todas, há gente competente e gente naturalmente incompetente. Mas há uma coisa e uma regra que é fundamental, que é a possibilidade na democracia de escolhermos através do voto e escolhermos as pessoas. -----

--- E nós não podemos querer que sejam os outros a escolher por nós. Nós, secretamente, escolhemos as pessoas que queremos, seja para a Assembleia de Freguesia, seja para a Junta de Freguesia, seja para a Assembleia Municipal, seja para a Câmara, para o Governo ou para a Presidência da República. -----

--- Portanto temos de aceitar democraticamente as regras da democracia. E é bom que todos nós possamos começar também a defender aquilo que nós fazemos. E também a dar responsabilidades àqueles que muitas vezes dizem tão mal daqueles que têm responsabilidade de gerir os destinos do país, seja deste partido ou doutro partido qualquer e têm também de ser responsabilizados por aquilo que dizem e pelo que fazem nas suas respetivas instituições. -

--- Depois o Senhor Deputado Rui Costa falou aqui em três ou quatro questões que eu gostaria de comentar. -----

--- Primeira. Estou inteiramente de acordo, não tem qualquer sentido esta Portaria com uma retenção de cinco por cento dos IMI's, dos prédios que vão ser ou que estão a ser reavaliados até porque quem está a pagar e a fazer esse trabalho são os funcionários dos municípios e que é uma coisa gravíssima que em muitos casos os peritos são os engenheiros das Câmaras. Trocam de Câmara, um é de Nelas, o de Nelas é em Tondela, o de Tondela é em Nelas e vice-versa, o que é uma coisa inacreditável. -----

↓  
Finanças

--- Não sei se sabiam que era assim, mas é assim mesmo. E portanto quem está a pagar os peritos das Finanças para fazer essas avaliações são as Câmaras Municipais. E portanto era bom que o poder central percebesse isso e não fizesse essa retenção dos cinco por cento, ainda por cima de todos os prédios e de todas as receitas quando só estão a ser avaliados alguns dos prédios.-----

--- Depois preocupa-me naturalmente a lei dos compromissos, preocupa julgo que a todas as Câmaras, é clarinho, do nosso ponto de vista que ela está em vigor a partir do dia vinte e um de fevereiro, e portanto é bom que as Câmaras Municipais tenham cuidado com as decisões de despesa tomadas depois do dia vinte e um de fevereiro, porque como sabem se não houver fundos disponíveis significa que os respetivos Presidentes de Câmara ou os Vereadores com essa delegação de competência, ou os respetivos técnicos podem ser responsabilizados criminalmente e financeiramente e isto é, seguramente grave e portanto é preciso ter aqui, naturalmente algum cuidado.-----

--- Relativamente às questões da educação o que se está a passar com os centros escolares, com o encerramento de escolas é do nosso ponto de vista gravíssimo e porquê?-----

--- Porque a educação e o Ministério da Educação não acompanhou este processo, limitou-se a aprovar, apenas e só, as cartas educativas políticas definidas e aprovadas em cada uma das respetivas Assembleias. Mas para além da aprovação política tem que haver uma aprovação de acordo com a evolução da respetiva natalidade. E isso não foi feito na generalidade dos nossos concelhos e do próprio país.-----

--- E portanto, nós vamos ter centros escolares novos, prontos, e qualquer dia não têm alunos nem funcionários. E isto é, do meu ponto de vista, gravíssimo. Acontece na educação, vai acontecer na justiça, vai acontecer em outros setores, nas finanças, nos serviços da segurança social e não acontece na saúde por uma razão muito simples, porque nós temos isto, e ainda bem, às vezes dizem que é um mau sinal, temos muitos idosos e portanto temos qualidade de vida, a nossa sociedade também se desenvolveu, e portanto precisamos disso.-----

--- Mas também é bom que aqui esta Comunidade Intermunicipal reflita sobre isto, é que quando se vê fechar um centro de saúde, repito, em Nelas ou em Mangualde, em Tondela, os principais decisores políticos, os principais comentadores, e as principais pessoas inteligentes nas Reformas da Saúde em Portugal, todos dizem "Temos de fechar". É rentável? Não é rentável? Mas se repararam agora no fecho, ou na possibilidade de fecho, da maternidade de Lisboa, os principais comentadores portugueses já não querem o fecho que é ao lado deles. ---

--- Eles têm lá televisão, têm lá os jornais, têm lá as influências, e é aqui que nós temos de bater o pé! É nestas matérias, tanto é, que se é por razões económicas tanto tem que ser em

Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Farias".



COMISSÃO INTER-MUNICIPAL DA  
REGIÃO DO DAU LAFÕES

Nelas, em Tondela ou em Lisboa ou no Porto. E esta tem de ser a verdade dos factos. E não apenas e só, porque nós não temos a influência política, não temos a influência jornalística para poder passar estas mensagens. E portanto dizer que é um problema gravíssimo. -----

--- Vocês seguramente vivem nos vossos Concelhos e sabem que a diminuição do movimento, é brutal e isto obriga-nos, a todos, a pensar num novo modelo de desenvolvimento e sobretudo pensar que temos de criar condições para que possamos ter gente nas nossas terras e nos nossos territórios. -----

--- Quanto ao projeto do E3DL, nós estamos a fazer o nosso trabalho. Aquele que entendemos que é lógico e correto fazê-lo, ou seja, fazer um projeto que permitisse a valorização energética e que permitisse a possibilidade de haver equipamentos elétricos nestes três municípios e porque só nestes três municípios é que, era do ponto de vista de candidaturas elegível. -----

--- E neste domínio dizer que as políticas governamentais que advêm das questões relativas à Troika e em relação aos preços que são pagos nas tarifas das energias alternativas, isto não impede que as principais marcas de automóveis do mundo estejam a apostar cada vez mais no setor elétrico. Portanto, julgo que a nossa aposta tem, naturalmente, a ver com isto, ou seja, é uma evolução natural, e mais tarde ou mais cedo nós vamos ter este meio de transporte perfeitamente uniformizado no nosso país e nos nossos territórios. -----

--- Relativamente à reforma administrativa, não quero fugir dessa questão, acho que seria deselegante, nós tivemos uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Local e com os senhores Presidentes de Câmara, cada um de nós manifestou a sua opinião pessoal e política sobre essa reforma, e transmitir-vos que quase noventa por cento, se não cem por cento dos autarcas estão contra esta reforma da administração local. -----

--- Mas é bom que aqui também sejamos sérios, porque não basta estar agora contra. É preciso estar contra antes porque esta questão da reforma autárquica já vinha do anterior Governo. E eu próprio tinha manifestado a minha opinião contrária a esta reforma. E digo porquê! -----

--- Sou contra esta reforma porque se pretende acabar com o serviço público que custa menos dinheiro ao Estado. É aquele que custa menos dinheiro. Essa é a razão principal. Eu admito que se acabe com as Juntas de Freguesia se em primeiro lugar se acabe com um determinado tipo de serviços públicos que têm muitos mais custos e que não têm qualquer rentabilidade. -----

--- Colocou-se na Troika, uma reforma do Poder Local exatamente do serviço público que menos custa ao cidadão, e do meu ponto de vista, o que melhor serviço presta também ao cidadão. Ou seja, presta um serviço, do meu ponto de vista, de grande proximidade, de grande

acompanhamento, de grande qualidade para as pessoas, e isso é cada vez mais importante na nossa sociedade.-----

--- Mas também é bom dizer que é inaceitável que haja uma reforma que eventualmente tem tanta contestação do ponto de vista nacional, e que tenha sido possível, vejam lá, fazer essa reforma em Lisboa. Ou seja, em Lisboa é possível. Ou seja, em Lisboa, os principais partidos, todos estão de acordo. Ou quase todos de acordo.-----

--- Mas no país não conseguem estar de acordo. É uma coisa inacreditável. E portanto, isto obriga-nos também, a todos nós, a pensarmos que há uma coisa que não está certa. E portanto é bom, que todos, porque isso é uma das grandes questões que os políticos têm é hoje estão fora do Governo dizem uma coisa, e entram para o Governo e dizem uma coisa completamente diferente. E isso é matar a política, matar a nossa credibilidade. E portanto, essa é uma matéria que eu queria aqui dar nota, fui contra antes, tive o cuidado de o dizer, e sou contra também hoje por estas razões.-----

--- E não aceito, permitam-me dizer aqui, tive oportunidade de dizer isto ao senhor Secretário de Estado da Administração Local, não aceito que seja uma imposição da Troika. É uma imposição da Troika o que lá foi posto, mas tantas coisas que o atual Governo já negociou com a Troika e esta não é impossível de negociar.-----

--- É possível explicar à Troika, por exemplo, o Mapa Judiciário. Havia um Mapa Judiciário, e já agora tanto quanto sabemos era bem pior que o atual Mapa Judiciário e que foi possível à Ministra da Justiça negociar com a Troika para alterar os aspetos que considerava menos positivos. Eu penso que também era possível explicar à Troika de que a redução de Autarquias não era dos Municípios, era apenas das Juntas de Freguesia e que não têm assim um custo tão elevado para o Estado Português no combate ao défice público.-----

--- Depois, dizer qual é a minha posição pessoal e política, a minha Câmara não se vai envolver neste processo, é uma matéria que diz respeito aos Partidos e à Assembleia Municipal, e serão os Partidos e a Assembleia Municipal que terão de decidir o que é que vão fazer no meu Concelho.-----

--- Relativamente à questão da taxa de desemprego, que é verdadeiramente uma questão que nos deve preocupar a todos. E isso significa que nós vamos ter eventualmente que mudar o nosso modelo de desenvolvimento económico. E criar, de facto, um modelo completamente alternativo em relação, aquele que tivemos nos últimos anos.-----

--- Nós sabemos que a construção civil fechou, entre aspas, está com enormes dificuldades. Nós fizemos muitas obras públicas, muitas obras privadas, ao longo destes últimos anos. Não é

↓  
Frias

possível fazer mais. E portanto, vamos ter de mudar do nosso ponto de vista o nosso modelo de desenvolvimento económico.-----

--- E, finalmente, a questão das SCUTs, se as SCUTs são, como alguns dizem eventualmente bem, um problema gravíssimo para a nossa região, mas também há oportunidades com as SCUTs, ou seja, o que significa que muitas das nossas estradas alternativas passaram a ter também movimento. E isso significou novas oportunidades de negócio para outros concidadãos.-----

--- Não tenho muitas dúvidas sobre isto, ou seja, muita gente que vinha por exemplo de Mangualde que vão parar a Nelas, que vão parar a Viseu, agora fica em Nelas, fica em Mangualde e desta forma também ajuda a economia local, muitos estabelecimentos que se voltaram a abrir nas antigas estradas nacionais, vários outros negócios, portanto também surgem oportunidades com a possibilidade das portagens nas SCUTs.-----

--- Mas mais do que isso, também dizer uma coisa muito importante, é que, senhores e senhoras deputados intermunicipais, nós não nos podemos esquecer disto independentemente das nossas opções ideológicas, o país foi obrigado a pedir ajuda internacional. O país estava, e está ainda, numa situação particularmente difícil do ponto de vista financeiro. Hoje nós não dependemos de nós próprios. Hoje nós dependemos de outros que só nos emprestam dinheiro se nós formos capazes de cumprir aquilo que dissemos que iríamos fazer. Esta é que é a realidade. Não dependemos de nós próprios. E podemos dizer que é a Europa, que é os Estados Unidos, que é a China, seja o que for. O que é um facto é que hoje nós estamos numa situação gravíssima do ponto de vista financeiro.-----

--- E foi por isso que nós pedimos ajuda internacional, ou seja, porque não tínhamos dinheiro para pagar as nossas contas.-----

--- Quando nós não temos dinheiro para pagar as nossas contas, nas autarquias é exatamente o mesmo, apesar de haver muitas que têm as contas equilibradas, Penalva do Castelo é um exemplo, a minha também é um bom exemplo, mas há autarquias que têm enormes dificuldades. E quando não têm dinheiro para pagar as dívidas, o que é que fazem? Saneamento financeiro ou equilíbrio financeiro. E o que isso significa? Significa que as Finanças e a DGAL passam a controlar as contas da Câmara e eles não podem fazer determinado tipo de despesas. Mesmo que queiram fazer investimento, não o podem fazer.-----

--- Assim está, exatamente o país. E portanto, nós estamos, numa situação delicadíssima do ponto de vista financeiro, e deixem-me dizer- vos uma coisa que me parece importante. Também sempre disse isso antes, não estou a dizer hoje só porque existe este Governo. No

anterior Governo também tive sempre o cuidado de o dizer, tínhamos que cumprir e mostrar que eramos pessoas de confiança para podermos ultrapassar as nossas dificuldades. -----

--- Mas deixem-me dizer com toda a franqueza que também o pensava antes, estão aqui pessoas da Assembleia Municipal de Tondela, sabem que eu dizia isto na Assembleia Municipal. Deixem-me dizer, Deus queira que não tenhamos que pedir um novo resgate e uma nova ajuda internacional. Porque se tivermos de pedir um novo resgate ou uma nova ajuda internacional o que vem aí é seguramente muito pior. Não há dúvidas sobre isto! Basta olharmos para o lado e percebermos o que está a acontecer ou vai acontecer nos outros países e portanto dizer-vos de que se não cumprirmos, se não formos capazes de ganhar confiança, se tivermos um segundo resgate, como devem imaginar, com este Governo ou outro Governo, seja com quem for, vamos ter mais dívida adicional. -----

--- Vejam o que aconteceu na Grécia! Vejam o que pode vir a acontecer em Espanha! Está pertinho e em relação às portagens em Espanha acho que já não temos nenhuma duvida que um dia destes, se tiverem de pedir ajuda internacional, lá vão pôr as portagens e não têm alternativa para pagar as dívidas. E deixem-me agora também dizer, eu nunca fui regionalista, sempre defendi o poder Municipal na Assembleia da República, contra os referendos, há gente que sempre defendeu. Portanto, o bom exemplo de Espanha que muitos dos políticos portugueses e de Espanha já se apercebeu que as economias e as autonomias espanholas estão completamente falidas. Completamente falidas. -----

--- Ou seja, tiveram todo o dinheiro do Estado, tiveram toda a autonomia, tiveram toda a independência e está tudo falido. Expliquem-me isto... Portanto, é bom que todos tenhamos consciência, todos, independentemente das nossas opções ideológicas, nesta altura no nosso país importa sobretudo, e de uma forma particular, percebermos que o que está em causa somos nós todos, os nossos filhos e as nossas filhas. Isto é que é grave. E portanto, ou cumprimos, e fazemos aqui um esforço de cumprir, porque como devem imaginar, estando o anterior Governo, estando este Governo, estando outro Governo a seguir, não há milagres. Não há milagres. -----

--- Porque já se aperceberam, e permitam-me só este reparo, vejam por exemplo o que está a acontecer em França. Vocês veem alguma diferença do ponto de vista de medidas? Mais flexibilidade? Menos flexibilidade? Mas objetivamente é uma questão de discurso. É bom que tenhamos consciência disso. E portanto, se tivermos um segundo regate, a nossa vida vai ser muito pior. E por isso deixo aqui este alerta, porque ele é fundamental do meu ponto de vista político sobre esta matéria." -----

↓  
Farias



REGIÃO DÃO LAFÕES

--O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da reunião anterior – Em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – Informações – Foi dada a palavra ao Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo da CIM Dão Lafões, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente e senhores e senhoras deputadas intermunicipais julgo que, de acordo também com a legislação, nós quisemos dispor uma informação detalhada e escrita sobre as atividades da Comunidade Intermunicipal, assim como também da sua situação económica e naturalmente financeira e sobretudo também dar conta daquilo que fomos capazes de desenvolver, as ações, os projetos, desde a última Assembleia Intermunicipal.-----

--- Destacaria por isso, e em primeiro lugar a gestão do programa operacional da região centro que é, como sabem, uma das principais atividades da Comunidade Intermunicipal e neste domínio dizer que desde dois mil e oito desde que fizemos a respetiva contratualização foram já aprovados, para o conjunto dos catorze municípios, cento e dois projetos que corresponderam a um total de 72,6 milhões de euros de comparticipação comunitária.-----

--- Portanto, um esforço significativo, o que significa também que neste domínio, e que sendo a autoridade de gestão, nesta área obriga a Comunidade a um conjunto de serviços, de apoios, de fiscalização, que naturalmente envolvem todos os técnicos, Secretário Executivo e funcionários da Comunidade Intermunicipal.-----

--- Depois uma segunda área e que tem a ver com a formação supramunicipal, formação esta de dois projetos supramunicipais, dirigido aos funcionários das catorze câmaras e apoiada pelo POPH, e que permite a qualificação dos profissionais da administração pública local.-----

--- Neste domínio queria dizer apenas que foram desenvolvidas trinta e uma ações de formação e envolvendo quatrocentos e oitenta e cinco formandos e um número de horas bem significativo, ou seja, oito mil, quatrocentos e quarenta e nove horas.-----

--- Noutro ponto, a Modernização Administrativa, de que a CIM se candidatou em devido tempo com um projeto no âmbito do Mais Centro no valor de três vírgula cinco milhões de euros, para os catorze municípios e que procura que os serviços públicos, a fornecer e servir os referidos Municípios tenha uma lógica de eficiência, de modernidade e sobretudo de transparência.-----

--- Nesta altura para além dos equipamentos que entretanto foram sendo adquiridos pelos diferentes municípios, estamos numa fase muito importante de implementação do balcão

↓  
J. Garcia

único, do sistema de informação geográfica e também de reengenharia e desmaterialização de todos os processos. É um trabalho, como devem imaginar, demorado mas seguramente com resultados muito importantes, muito significativos para o conjunto dos catorze municípios, criando-se assim uma base única também para a própria região. -----

--- Também no domínio da eficiência energética estão a ser desenvolvidos processos concursais nas três câmaras envolvidas, o projeto E3DL, e que como sabem abrange Mangualde, Viseu e Tondela. Igualmente na Rede Urbana para a Competitividade, Viseu Dão Lafões implica, como sabem, a execução de dezasseis projetos, num investimento de cerca de nove milhões de euros, e nesta altura, quero portanto dizer que a CIM Dão Lafões está a desenvolver aqueles que têm, que dizem respeito à sua competência, neste caso particular que é o melhorar e integrar a oferta cultural e o calendário de eventos, e criar e promover a marca RUCI Dão Lafões que apresentaremos brevemente a todos vós em cerimónia pública. ---

--- Aliás, tivemos também já oportunidade de o fazer na BTL visto que é o local apropriado para podermos também apresentar esta nossa marca que nos transmite sobretudo a singularidade territorial da nossa região.-----

--- Também um importante projeto que estamos a desenvolver e, seguramente, também com algum sucesso até agora, e que é no domínio do empreendedorismo. -----

--- Neste domínio, conseguimos também, através dumã candidatura que fizemos junto do IAPMEI, desenvolver um conjunto de ações, cinco ações de capacitação de professores em metodologias de educação para empreendedorismo. Estas ações a decorrer em Mangualde, Viseu, Tondela e Santa Comba Dão contam com a participação de oitenta e nove professores que irão ser responsáveis pela aplicação do projeto em sensivelmente mil e seiscentos alunos, representativos de trinta e oito escolas nos catorze municípios. -----

--- É um projeto com muito impacto, estão-se a realizar as iniciativas para conseguir nos diferentes concelhos e está marcado já um encontro final para Viseu e que seguramente significará um grande momento de afirmação deste projeto que permite e tem com objetivo levar às nossas escolas e em particular aos nossos alunos, o empreendedorismo, ou seja, a capacidade de eles próprios também promoverem iniciativas individuais e coletivas.-----

--- Queria-vos dizer que, neste domínio também, entregámos uma parceria europeia com instituições de Espanha, Reino Unido e Itália e durante o mês de abril apresentaremos também uma candidatura neste domínio à Comissão Europeia.-----

--- Na Ecopista do Dão já fizemos por delegação de competências dos três municípios um concurso público para a manutenção e a gestão da limpeza da Ecopista e foi também elaborado um plano de emergência. Vão decorrer durante este ano as ações que estão

Handwritten signature and a blue checkmark.



naturalmente previstas dentro da marca Viseu Dão Lafões de promoção e de realização de algumas iniciativas turísticas, recreativas, de lazer, desportivas e, seguramente também, culturais.-----

--- Neste domínio, estamos a trabalhar também com instituições estrangeiras no sentido de promover e divulgar este importante produto turístico.-----

--- Realizámos também na CIM Dão Lafões por solicitação do Senhor Secretário de Estado da Administração Local uma reunião tendo em vista a reforma da Administração Local que está a ser levada a efeito pelo Governo e pela Assembleia de República e que terá seguramente impacto nas diferentes Assembleias Municipais dos catorze municípios, mas também igualmente, a possibilidade de discutirmos as novas competências e atribuições que as CIMS poderão vir a ter num futuro próximo.-----

--- Foi naturalmente uma reunião proveitosa com pontos de concordância e discordância, de grande contradição e que seguramente irão enriquecer o debate e a realização ou a conjunção de um documento que possa naturalmente servir as nossas regiões.-----

--- Do ponto de vista do resumo da situação económica e financeira como se aperceberam é uma situação, que tal como a Câmara de Penalva do Castelo, também tem uma situação financeira equilibrada, as contas estão em dia e portanto seguramente que damos um bom exemplo a outras instituições e em particular ao próprio país.-----

--- Era neste domínio, senhor Presidente, senhores e senhoras deputados intermunicipais, as informações que nesta altura gostaríamos de vos transmitir e estamos naturalmente à disposição para alguma questão que nos queiram colocar.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o mesmo por encerrado, tendo passado de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2010, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea d) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Márta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, tendo este procedido à apresentação dos documentos em questão, apoiado na apresentação de um powerpoint, e cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Executivo, Senhoras e Senhores Deputados, a todos apresento os meus melhores cumprimentos com a promessa de ser o mais breve possível, não deixando de ficar à disposição para responder a todas as questões que pretendam colocar.-----

*[Handwritten signature]*

--- Foram remetidos um conjunto de documentos, de acordo com o estabelecido na antepenúltima assembleia, documentos referentes à prestação de contas do exercício económico do ano de dois mil e onze. -----

--- O projeto da modernização administrativa, que o Senhor Presidente do Conselho Executivo também já referiu, foi candidatado e aprovado no ano de dois mil e dez e neste momento já está em pleno desenvolvimento em cada um dos municípios, nas diversas áreas de ação e que vão desde a capacitação interna à reengenharia e desmaterialização de processos, da plataforma multicanal de comunicações ao sistema de informação geográfico. -----

--- Tem sido um projeto liderado pela Comunidade Intermunicipal em que a CIM é no fundo o chefe de fila deste projeto, em que há catorze beneficiários que são os catorze municípios, em que todas as decisões têm sido tomadas pelos técnicos municipais, nas componentes técnicas e pelos políticos na validação final das opções técnicas e financeiras. -----

--- Claro está que após o visionamento do filme explicativo do projeto de Modernização Administrativa na Região Dão Lafões, confirma-se que as imagens valem mais do que mil palavras e de facto é notória a transformação que está a ser operada nos catorze Municípios e é mesmo um modelo para os catorze Municípios, a mesma plataforma de informação geográfica, a mesma plataforma de contratação pública, a mesma aplicação financeira e de inventário nos Municípios. -----

--- Outro projeto em que nos temos debruçado, que vem de dois mil e onze e vai continuar durante o ano de dois mil e doze tem a ver com a promoção do empreendedorismo. Foi submetida uma candidatura ao Programa Mais Centro, um projeto em que é a Comunidade Intermunicipal que está a assumir a liderança e a governança do Empreendedorismo no território, em função dum desafio que foi lançado pelo IAPMEI e pela Comissão de Coordenação da Região Centro. -----

--- No fundo o que se pretende aqui é criar um serviço de chave na mão ao potencial empreendedor e nesse sentido, a Comunidade Intermunicipal nessa posição de liderança criou uma rede de parceiros nucleares, isto é, entidades que no território já trabalham no âmbito do empreendedorismo de forma direta ou indireta. -----

--- Obviamente que estamos a falar na Associação Industrial da Região de Viseu, das três escolas de ensino superior que fazem parte deste *task-force* e também das Associações de Desenvolvimento Local do território que têm uma fonte de financeira importante que é o PRODER onde os potenciais empreendedores podem vir a financiar os seus projetos. -----

--- Neste momento, a Comunidade Intermunicipal concluiu a elaboração do diagnóstico, um diagnóstico que foi acompanhado por técnicos da Comunidade Intermunicipal. Foram

efetuadas visitas a estas entidades e fizemos investigação territorial com estas entidades nos catorze Municípios ao nível do agrupamento de escolas, escolas profissionais, associações empresariais, centros de emprego, instituto da juventude, com o intuito de conhecer as pessoas que estão dentro destas organizações, mas também perceber o trabalho que já faziam nos seus territórios no mundo do empreendedorismo. -----

--- Uma componente do projeto que arrancou no final do ano de dois mil e onze tem a ver com o empreendedorismo nas escolas. É um caminho que se faz caminhando. Neste momento iniciámos cinco ações de formação com oitenta e nove professores e que estão a ministrar a temática do empreendedorismo a cerca de mil e seiscentos alunos. Sendo muito importante, é com muita satisfação que falo nisso, tendo o próprio Presidente do Conselho Executivo acompanhado algumas das palestras ministradas pelo Dr. Francisco Banha da empresa GesEntrepreneur, que foi a empresa escolhida para capacitar os professores porque também é a empresa que tinha uma das metodologias que é aprovada pelo Ministério da Educação. -----

--- Ao vermos o auditório da escola Alves Martins repleto de alunos, o auditório da escola secundária Felismina Alcântara de Mangualde com miúdos pelo chão para assistir a estas palestras, tem motivado muitos professores e tem motivado muito os alunos nos catorze municípios. -----

--- Vão-se realizar durante o mês de maio as catorze finais municipais em cada um dos municípios. Terminou hoje o prazo para apresentação das ideias dos alunos. Temos duzentas ideias! Duzentas ideias no território que vão agora às finais municipais de onde vai sair uma ideia vencedora em cada município e que vai ao concurso Intermunicipal de Ideias no próximo dia seis de junho na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu. -----

--- Dar conta também que para os alunos do quinto e sexto ano vai haver uma feira de empreendedorismo júnior em Viseu, onde de facto se vai dinamizar a vertente empreendedora destes alunos. -----

--- Portanto, dar aqui uma nota relativamente ao Plano de Ação, o mesmo está concluído, vai ser revelado proximamente e em comunhão com os parceiros nucleares. Neste plano estão identificados os objetivos estratégicos, as dez linhas de ação de promoção do empreendedorismo e onde temos vinte e três atividades em que os tomadores dessas atividades vão ser várias instituições do nosso território que vão trabalhar na área. -----

--- Portanto, vamos falar a uma só voz no âmbito da promoção do empreendedorismo e a Comunidade Intermunicipal assume aqui um papel, no fundo, de coser esta rede, de fornecer um serviço chave na mão a estes potenciais empreendedores. -----

--- Relativamente à Rede Urbana, dar conta que é um projeto que envolve nove milhões de euros. Neste momento estamos à espera que o Programa Mais Centro aprove os dezasseis projetos das várias entidades que fazem parte desta rede. -----

--- A Comunidade Intermunicipal tem o projeto da Marca Viseu Dão Lafões, projeto que já foi apresentado na Bolsa de Turismo de Lisboa do passado dia vinte e nove de fevereiro. Temos também a governança deste projeto e destes dezasseis parceiros na gestão e dinamização da rede e temos o projeto da rede cultural, obviamente assumir também aqui a cultura como uma fator importante de atratividade do território e permitir a ocupação dos equipamentos do nosso território com maior oferta cultural. -----

--- Em termos da monitorização da contratualização estes mapas também já são muito conhecidos dos senhores deputados. Dar conta que até ao final do ano tínhamos já noventa e cinco projetos aprovados, neste momento temos cento e quatro ou cento e cinco projetos aprovados e temos a nossa dotação FEDER da contratualização completamente já tomada e aqui, relativamente a isto um FEDER validado de trinta e oito milhões de euros com cerca de cinquenta e dois por cento de taxa execução. -----

--- Esta informação está toda sistematizada no Relatório de Gestão que vos dei conta. Relativamente à taxa de execução dar uma nota relativamente a isto, nós fechámos o ano de dois mil e dez como a melhor CIM do Centro e a segunda melhor do país. No ano de dois mil e onze baixámos um bocadinho a taxa de execução, fundamentalmente por uma questão que surgiu no âmbito dos concursos públicos urgentes, onde o que os Municípios fizeram foi socorrer-se desse método e em função disso tiveram que anular esses concursos públicos urgentes, lançando novos procedimentos concursais, com o conseqüente atraso na adjudicação. Já temos reflexos desse reatar de atividade e nestes três primeiros meses do ano aumentámos bastante a taxa de execução e estamos claramente convencidos que até meados do ano iremos subir esta taxa de execução. Obviamente aqui continuamos nos lugares cimeiros da Região Centro. -----

--- Temos um projeto também no âmbito da eficiência energética, além do E3DL, uma candidatura que foi submetida ao MaisCentro com os catorze Municípios a serem executores FEDER desta candidatura. -----

--- Em termos da análise económico-financeira dar conta que fechámos o ano com um total de ativo, um total de balanço na ordem dos dois milhões de euros, o imobilizado está refletido diretamente no crescimento da Comunidade Intermunicipal, em termos de incorpóreo foi um valor que já transita de outros anos que obviamente tem a ver com um estudo e planeamento estratégico da Região Dão Lafões e que é um projeto que está na nossa conta de valorização e

↓  
Finanças  
/



dar conta que todo o investimento está suportado em fundos comunitários e que tiram também algumas despesas de funcionamento para o acompanhamento e execução dos projetos. -----

--- Em termos das receitas, é notório o bom desempenho económico-financeiro e operacional da Comunidade Intermunicipal, e pelos dados que vos foram transmitidos, as receitas são todas iguais, há umas quotizações em dívida por Municípios, algumas destas referentes aos dois últimos meses e que transitaram para o início do ano seguinte e também temos o montante expresso, que é um montante que ainda nos é devido por força dos fundos comunitários quer no âmbito do POPH, Fundo Social Europeu e Assistência Técnica. -----

--- No restante das dívidas são valores residuais. -----

--- Temos as disponibilidades no montante de novecentos e vinte e oito mil euros, mas este valor também explico um bocadinho mais, ou seja, em que é que ele se desdobra. -----

--- Fechámos com um resultado líquido positivo de trinta e cinco mil euros. Os serviços externos apresentam cerca de setenta por cento do total dos custos, obviamente em função dos projetos que a Comunidade Intermunicipal tem e a sua gestão leva a que precisemos de nos socorrer de serviços de consultoria e trabalhos especializados. Os custos com pessoal representam vinte por cento, e que apresenta a mesma barreira do ano anterior. -----

--- Os proveitos do exercício são basicamente as quotizações dos Municípios, é a transferência da DGAL por via do Orçamento de Estado e o resto são obviamente transferências do IFDR e do Instituto de Gestão Financeira e têm a ver com as candidaturas em que a Comunidade Intermunicipal é promotora. -----

--- Em termos de receitas, as receitas cobradas ascenderam aos setecentos e setenta mil euros. Algum desvio na execução orçamental deveu-se também a algum atraso na execução dos projetos durante o ano de dois mil e onze e alguns projetos que entraram agora no ano de dois mil e doze em velocidade cruzeiro e em plena execução física e financeira. -----

--- Passámos o saldo que transita de gerência de execução orçamental para o ano seguinte e ronda os quatrocentos e dois mil euros. Dizer que quinhentos e vinte e cinco mil euros são operações de tesouraria, por isso o valor de novecentos e vinte e oito mil euros e essas operações de tesouraria levou a que o VAB tem a ver com transferências que nos foram feitas pelo IFDR no dia trinta de dezembro por conta do projeto SAMA, valor este que só tivemos a oportunidade de transferir para os Municípios no dia dois de janeiro e por isso transitámos em saldo cerca de quinhentos e três mil euros devido a transferências para os Municípios por via da contrapartida do projeto de Modernização Administrativa e por isso temos aqui um saldo inflacionado em cerca de quinhentos e três mil euros." -----

*Maria*

--- Retomou a palavra o senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve “Senhor Presidente, estamos à disposição para responder às questões que nos queiram colocar, convictos que com a apresentação do Relatório e que o vídeo da Modernização Administrativa vos tenha dado uma ideia do trabalho que estamos a executar no território em conjunto com os catorze municípios, procurando assim, dar cumprimento ao Plano de Atividade e Orçamento aprovado. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Gostava só de fazer um pequeno comentário sobre o projeto do empreendedorismo e acho extremamente louvável e só tenho pena que isso aconteça numa altura em que o Ministério da Educação terminou com as áreas de projeto do décimo e décimo segundo ano. E era de facto uma experiência de empreendedorismo de elevado potencial e elevado valor. -----

--- Em prol disto, eu tenho três filhos, tenho dois mais velhos que fizeram trabalhos de projeto no ensino secundário. Fizeram coisas notáveis, tiveram um trabalho de empreendedorismo notável. Aprenderam como se fazem projetos, aprenderam como se estruturam as coisas e entretanto o projeto que estava lançado, que estava estruturado e era de facto uma coisa nova e inovadora e importante para o desenvolvimento do empreendedorismo jovem foi abandonado.” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade. -----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

---- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Aprovação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2011, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIMRDL - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, tendo este procedido à apresentação dos documentos em questão, apoiado na apresentação de um powerpoint, e cuja intervenção se transcreve: “A presente proposta de revisão orçamental, é a primeira do exercício de dois mil e doze, representa um acréscimo de quatrocentos e três mil setecentos euros e vinte e sete cêntimos, em relação ao orçamento ordinário. -----

--- As alterações orçamentais pretenderam dotar rubricas que estavam sub-dotadas em Orçamento Ordinário.” -----

↓  
Amias  
/



--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

-----Relativamente ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, discussão e aprovação da proposta de abertura de procedimentos concursais, para contratação de pessoal, conforme mapa de pessoal aprovado em sede de Assembleia Intermunicipal - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho e cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, a presente proposta tem em consideração o mapa de pessoal aprovado em sede de Assembleia Intermunicipal do passado dia vinte e nove de novembro de dois mil e onze e que se encontra devidamente dotado no orçamento da CIM através da rubrica despesas com pessoal e que não é previsível que os postos de trabalho possam ser ocupados por colaboradores das Câmara Municipais que integram a CIM Dão Lafões nem tão pouco por funcionários da Administração Pública Central. -----

--- Atendendo á a necessidade de dotar a Divisão de Modernização da Administração Local com os recursos técnicos necessários para o normal desenvolvimento e coordenação dos projetos supramunicipais de formação e modernização administrativa quer os que se encontram atualmente em curso, quer para os projetos que se encontram em sede de candidatura, dada a importância e a amplitude que estes projetos transportam em si mesmos, uma vez que visam abranger todos os colaboradores dos Municípios que integram a CIM Dão Lafões, capacitando-os para uma realidade técnica e profissional que visa servir melhor todo o território, tendo como objetivo primeiro melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e o facto de ser imperioso manter o número de postos de trabalho na Divisão de Controlo e Gestão da Contratualização, em face do elevado fluxo de trabalho gerado e rececionado nessa divisão.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa e em face da inexistência de mais pedidos de intervenção, foi o presente ponto colocado a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques passou de imediato ao **sexto e último ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia retomou a eleição da Secretária da Mesa tendo dado início ao escrutínio, por voto secreto.-----

--- Efetuado o escrutínio, para Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal, foi a senhora Deputada Maria Margarida Martins Coelho Messias eleita por maioria com trinta e cinco votos a favor, três brancos e três nulos.-----

--- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma.-----

--- Efetuado o escrutínio foi a mesma eleita Secretária da Mesa da Assembleia Intermunicipal por unanimidade.-----

António José Luís Hugo  
Maria Margarida Martins Coelho Messias  
